



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Implementar medidas de incentivo à procriação para apoiar o desenvolvimento sustentável da sociedade**

De acordo com os dados dos Censos 2021, a taxa de natalidade de Macau caiu para o nível mais baixo desde 2005, mais, durante os primeiros três trimestres deste ano, o número de nados-vivos voltou a descer para 3203, menos 531 em termos anuais. Com a queda da taxa de natalidade mais o envelhecimento da população de Macau, as influências negativas para a futura mão-de-obra, assistência médica e benefícios sociais serão vastas e profundas. Nos últimos anos, o Governo, depois de ter acolhido amplamente as opiniões da sociedade sobre o aumento da vontade de procriação dos residentes, procedeu à melhoria da situação, ou seja, aperfeiçoou sucessivamente a assistência médica materna e o exame pré-natal, aumentou o valor do subsídio de nascimento, o número de dias das licenças de maternidade e paternidade e o número de vagas nas creches, etc. No entanto, a taxa de natalidade ainda não parou de diminuir, registando, pelo contrário, uma tendência de aceleração, o que merece a atenção e uma resposta prospectiva da sociedade e do Governo.

Na realidade, quando os residentes ponderam ter filhos, não se trata apenas duma escolha entre “sim” e “não”, tem implicações com muitas questões, como por exemplo a "alimentação e a educação", trata-se de um plano de longo prazo que durará alguns anos, uma dezena de anos, ou até mais. Assim sendo, é necessária a coadunação entre as políticas de apoio e a realidade. É de salientar que, tendo em



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

conta a queda da taxa de natalidade, o País, para além de ter adoptado, nos últimos anos, a política de três filhos, apresentou, em forma de complemento, a “Decisão sobre a melhoria das políticas de nascimento para promover o desenvolvimento populacional a longo prazo e equilibrado”, a fim de prestar apoio àquela política. Ao mesmo tempo, no relatório mais recente do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, refere-se a criação de um sistema de políticas de apoio à procriação, e as respectivas políticas e documentos mostram, claramente, o apoio à redução dos custos da procriação, da alimentação, da educação, etc. Isto demonstra que a atenção do Estado em relação à procriação aumentou significativamente, e os governos locais de todos os níveis lançaram diferentes medidas com base nisto. O problema da pouca vontade de procriar em Macau é mais grave do que na maioria das regiões do Interior da China, por isso, como é que podemos acompanhar o desenvolvimento da política nacional e criar um sistema de políticas de incentivo à procriação e de cuidados de excelência adaptado à sociedade de Macau, será importante para o futuro desenvolvimento sustentável da sociedade.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Uma vez que a constante queda da taxa de natalidade vai afectar gravemente o futuro desenvolvimento sustentável de Macau, o Governo deve tomar como referência os respectivos documentos e relatórios das políticas do Estado, no sentido de criar um sistema de apoio à procriação aplicável à realidade social de Macau, integrando as medidas e ideias de incentivo à procriação e cuidados de excelência nas diferentes áreas de governação. Vai fazê-lo?

2. Uma associação das mulheres de Macau realizou, este ano, um inquérito sobre



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

a “vontade de procriação das mulheres de Macau”, e segundo os resultados, 90% das mulheres inquiridas consideram que as medidas de harmonia familiar são as mais eficazes para aumentar essa vontade. Já passaram mais de dois anos desde a revisão da Lei das relações de trabalho de Macau em 2020, e está a chegar ao fim o prazo de três anos previsto para o subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade. Tendo em conta a descida contínua da taxa de natalidade, o Governo deve acelerar a avaliação dos resultados da revisão da lei em causa e estudar a viabilidade de incluir nessa lei medidas de harmonia familiar, tais como, o número de horas de amamentação, a licença parental e o horário de trabalho flexível. Vai fazê-lo?

3. De entre as actuais medidas para aumentar a vontade de procriação, o subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade termina em Maio do próximo ano, e o subsídio de nascimento também não é actualizado há dois anos. O Governo deve então ponderar em passar o subsídio a permanente e em aumentar o montante da licença, e tomar isto como base para aumentar as medidas de harmonia familiar e de incentivo à procriação. Vai fazê-lo?

11 de Novembro de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Wong Kit Cheng**